

BRASÍLIA: DINÂMICA DE UMA FRONTEIRA (NÃO) PLANEJADA

BRASÍLIA: THE DYNAMICS OF AN (UN)PLANNED FRONTIER

Kilma Gonçalves Cezar¹

Endereço profissional: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CGAPB/COBRG.
Lago Sul, CEP - 70000-000 – Brasília/DF.
E-mail: kilmagc@yahoo.com.br

José Augusto Drummond²

Endereço profissional: Universidade de Brasília, Gleba A, Bloco C - Av. L3 Norte, Asa Norte. Brasília/ DF. CEP – 70904970.
E-mail: jaldrummond@uol.com.br

Resumo: O artigo discute a ocupação do Distrito Federal do Brasil, por antes e durante da construção da nova capital brasileira, Brasília, segundo os enfoques de Frederick Jackson Turner e Sérgio Buarque de Holanda. A partir da cronologia dos dados históricos da interiorização da capital e de levantamento de dados georreferenciados da ocupação dos solos da década de 1950, procurou-se discutir a questão da ocupação representada pela construção da nova capital nacional dentro do conceito de fronteira. Foi verificada a presença de pontos convergentes entre a história de Brasília e as idéias dos dois autores. Entre esses pontos foi constatado que a migração

Abstract: The article discusses the occupation of Brazil's new Federal District during and after the construction of Brazil's new capital, Brasília, using the perspectives of Frederick Jackson Turner and Sérgio Buarque de Holanda. Following the historical chronology of the national capital's transfer to the country's interior and using georeferenced data on land use in the 1950s, we seek to discuss the matter of territorial occupation implicit in the construction of the new capital, using the turnerian concept of frontier. We found that there is a convergence between the history of Brasília and the ideas of Jackson and Holanda. Among several points of

1 Doutora em Desenvolvimento Sustentável - Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) - Universidade de Brasília (UnB). Atualmente Pesquisadora Convidada na Faculdade de Ciência da Informação - FCI - Universidade de Brasília - UnB.

2 Ph. D. em Land Resources - University of Wisconsin, Madison. Professor Associado IV do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília (UnB).

dos candangos para Brasília se deu à procura de uma “nova vida”, o que permite repensar a história de Brasília, outrora uma wilderness, à luz da dinâmica de ocupação de fronteiras.

convergence, we found that the migration of candangos (nickname given to the migrants engaged in the construction of Brasília) was motivated by their pursuit of a “new life”. This allows us to look at the history of Brasília, once a wilderness, as an outcome of frontier dynamics.

Palavras-chave: Brasília; Fronteiras; Ocupação do solo; Migrações.

Keywords: Brasília; Frontiers; Land use; Migrations.

Introdução

Os países das Américas emergiram quando realizaram as suas independências aproximadamente simultâneas no início do século XIX, superando a situação comum de colônias de países europeus. Eles se viram na contingência imediata de defender a formação de uma identidade nacional para a sua sustentação ideológica como novos estados-nações e para a sua integração mútua. Nos estudos sobre a formação dessa identidade nos Estados Unidos da América (EUA), há dois enfoques possíveis: o genético e o situacional. Segundo Richard Morse, há na historiografia norte-americana duas explicações para a construção política da América como continente. A primeira é a explicação “genética”, baseada na “importação” dos europeus que ocuparam a nova fronteira, via migrações transatlânticas. A segunda explicação é “situacional”, que enfatiza o funcionamento de uma dinâmica própria ao continente³.

Em 1893, quando da comemoração dos 400 anos do descobrimento do continente americano pelos europeus, Frederick Jackson Turner (1976), professor de história da University of Wisconsin, apresentou, num congresso de historiadores, a sua conhecida “tese da fronteira”. A tese foi uma tentativa de explicar e interpretar o conjunto da história política dos EUA com base na oferta, na ocupação e na distribuição “democrática” contínuas de uma grande quantidade de “terras livres” (e dos abundantes recursos naturais existentes nessas terras) situadas a oeste das várias regiões, em fases sucessivas de ocupação. Turner enfatizou que essa foi uma dinâmica própria do país, enquadrando-se, assim, no que Morse qualifica de enfoque situacional.

3 Morse, Richard M. A Volta de McLuhanáima: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

Ao invés de salientar os valores puritanos e individualistas importados da Europa, Turner destacou como elemento característico da formação política dos EUA a dinâmica da fronteira, enquanto elo entre o passado e o futuro do país. A sua tese focaliza e busca incorporar à abordagem histórica dos EUA a experiência da conquista do oeste (ou de diversos “oestes”). Essa experiência era percebida por políticos, historiadores e jornalistas e no cotidiano da imaginação popular desde muito antes de 1893, como uma explicação eloquente para a formação da identidade norte-americana. Vale salientar que Turner se valeu da antiga tradição grega de interpretação histórica, em que o passado é narrado de forma épica, para estabelecer as conexões e os exemplos para a formação dos EUA como país novo, que cortou os laços coloniais com a Inglaterra e escapou das rivalidades e guerras entre ela e os demais países europeus. Recorreu ainda à tradição romântica, ao apresentar um agente social heróico, o *frontiersman*, o homem comum que seguia voluntariamente para as “franjas” da civilização e enfrentava as terras incultas da *wilderness* (natureza selvagem), transformando-a em áreas assentadas e prósperas e construindo-se como o cidadão independente e ativo. Ele se transformava assim no protótipo do cidadão norte-americano, em tudo diferente dos cidadãos dos países europeus secularmente e densamente ocupados (e por isso há muito destituídos de fronteiras) e com territórios integralmente dominados por reis, nobres, igrejas e cleros. Nesse contexto, a ocupação do território norte-americano pelos *frontiersmen* expressou a presença de um elemento ‘novo’ no território. A internalização desse ‘novo’ resultou na formação de uma identidade norte-americana e na organização da sociedade, não apenas porque integrou e unificou espaços “vazios”, mas porque o imaginário geográfico sobre esta ocupação serviu de mito fundador da nacionalidade e elemento de racionalização e de desenvolvimento dos EUA⁴.

Na historiografia brasileira, entre as obras que tratam da formação de uma identidade brasileira singular, destaca-se inicialmente Capistrano de Abreu (1977). O autor revela a importância dos componentes indígenas, portugueses e africanos na formação do povo brasileiro e destaca a dependência cultural enquanto tendência na formação da identidade de um povo colonizado. Para o autor, a formação do povo brasileiro a partir das três raças, “inferiores”, teve como consequência o mimetismo cultural, o que acarretou sérios prejuízos intelectuais e políticos.

O servilismo do negro, a preguiça do índio e o gênio autoritário e tacanho do português produziam uma nação informe, sem qualidades fecundas e originais⁵.

4 HENNESSY, Alistair. *The Frontier in Latin American History*. Albuquerque: University of New México, 1978.

5 ABREU, J. Capistrano de. “O caráter nacional e as origens do povo brasileiro” In: *Ensaio e Estudos*, 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 5.

Abreu argumentava ainda que havia influências permanentes da natureza sobre a civilização brasileira:

Sem dúvida a Natureza, com as suas forças e seus aspectos e a raça, que admitimo-la como produto daquela, quer a consideremos como fator originário e irreduzível, são dois fatores que pesam fortemente na feitura de um caráter nacional e por conseguinte na estrutura da sociedade. Entretanto, não são os únicos. Se eles agem sobre a sociedade, a sociedade reage sobre eles; o meio social de efeito passa a ser causa, de resultante passa a ser componente. No Brasil é justamente o caso e a influência esquecida é a mais poderosa e ativa⁶.

Vianna Moog (1954) analisou a formação da identidade brasileira por meio de um estudo comparativo de duas culturas, a brasileira e a norte-americana. O autor tratou-as como antagônicas em termos sociais, econômicos e culturais, considerando a dinâmica do processo cultural presente nas civilizações. Houve no processo civilizatório dos dois países um rearranjo cultural promovido, no caso da civilização brasileira, pelos “bandeirantes”, ao romperem com as tradições locais; no caso da civilização norte-americana, os “pioneiros” produziram outro tipo de rearranjo - desenvolveram o “sentimento de pertencimento” local, criando, mantendo e incorporando tradições.

Outro autor que tratou da influência da dinâmica da fronteira e da “conquista do oeste” na formação da identidade nacional brasileira e das instituições nacionais foi Sérgio Buarque de Holanda (1979). Segundo ele, a explicação genética, a explicação situacional e o americanismo são estratégias explicativas que permitem compreender a constituição da dinâmica social. Os dois primeiros termos são próprios da história do continente americano. A categoria genética definia que as formas sociais estabelecidas nas sociedades ibéricas influenciaram a construção do ambiente americano, em detrimento da categoria situacional, que explicava que o ambiente americano conseguiu moldar a formação societária característica das nações do novo continente. Já o americanismo, para o autor, era considerado como uma lógica que universalizava hábitos e costumes de um povo.

Desta forma, a ótica metodológica da explicação situacional leva a uma convergência entre (i) a tese da influência que a dinâmica da fronteira teve sobre a formação de um povo, defendida na teoria de Turner, e (ii) a reflexão de Holanda sobre a importância que a conquista do oeste brasileiro teve na formação e nos contornos específicos da vida social brasileira. Turner e Holanda adotaram o enfoque situacional como padrão explicativo para a criação de uma nova dinâmica social. Segundo os autores, a *wilderness* (para Turner) e a natureza tropical (para Holanda) impunham aos europeus a necessidade de se adequar aos padrões naturais. Eles foram forçados a

⁶ Ibidem., p. 5.

abandonar hábitos, conceitos e costumes de seus antepassados e a gerar ou aprender novas maneiras de se relacionar com a natureza. Seguindo esta linha de raciocínio, surge a possibilidade – e o desafio - de repensar a história de Brasília sob a ótica da tese de fronteira de Turner e dos escritos de Holanda.

O exame da cronologia dos fundamentos geopolíticos presentes na história da interiorização da capital brasileira indica a existência de possíveis analogias entre a criação de Brasília e a tese de Turner. A análise desta cronologia mostra as seguintes alusões: (i) o processo de conquista do interior, ou ainda, do “sertão”; (ii) o desenvolvimento local como fruto desta conquista; (iii) a domesticação das áreas “rústicas” ou “selvagens” por meio da introdução de atividades produtivas e de instituições políticas de corte europeu; (iv) a coragem e a determinação dos pioneiros; (v) a importância do afluxo numerosos migrantes, acarretando a criação de novos grupos sociais e novos mercados; e (vi) a construção de uma nova identidade nacional⁷.

Diante do exposto, o presente texto explora a possibilidade de repensar a história de Brasília, outrora uma *wilderness*, à luz da dinâmica de fronteira. A seção seguinte (1) enfatiza a importância que as dinâmicas de fronteira têm para as discussões acerca do espaço geográfico. A seção 2 comenta dados históricos da interiorização da capital brasileira e de um levantamento de dados georreferenciados da ocupação dos solos da década de 1950, com o objetivo de apresentar uma correlação entre esse processo, a tese de Turner e os escritos de Holanda. Por fim, a seção 3 contém uma breve discussão da história de Brasília e sobre como essa história pode ser entendida sob a ótica da dinâmica de fronteira.

O conceito e a dinâmica de fronteira

Antes de discutir a importância que as dinâmicas de fronteira têm para as discussões sobre a ocupação de espaços geográficos e a construção de territórios do ponto de vista histórico, cabe propor um conceito propriamente dito de fronteira adotado aqui. O conceito tem muitas definições, aplicáveis a muitos contextos, lugares e épocas. Adotamos o conceito elástico de Haller et al (2000), que combina cinco traços básicos: fronteira é (i) uma área esparsamente habitada, geograficamente isolada da - e incompletamente integrada à - sociedade nacional abrangente; (ii) dispõe de instituições fracas e fragmentárias; (iii) tem estrutura produtiva incipiente, geralmente baseada na extração de recursos naturais; (iv) é passível de sofrer transtornos sociais, econômicos, políticos e ambientais em virtude da chegada de pessoas, processos e instituições ligadas à sociedade nacional em busca de enriquecimento rápido; e (v) atrai e fixa em curto prazo um grande número de pessoas que não se conhecem mutuamente,

7 BRASÍLIA: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil: Ano 4, n. 42 (jun. 1960) <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/506999>.

têm origens sociais e geográficas distintas, e têm valores, normas e objetivos distintos⁸. A área onde hoje se situa Brasília se encaixava quase integralmente nesses cinco itens antes da construção da cidade: ela era isolada, carecia de instituições, estava sujeita principalmente a um pastoreio extensivo, era vulnerável a influxos vindos “de fora” e se revelou capaz de receber e fixar uma população variada, grande e heterogênea.

Os mesmo autores sustentam que em terras brasileiras do passado e do presente há quatro tipos de fronteira, que dependem em grande parte do quadro de recursos naturais disponíveis. Esses recursos influenciam os tipos de migrantes e de instituições atraídos. Esses tipos de fronteira são: (i) móvel clássico, (ii) pára-quebras, (iii) de linha, e (iv) de investimento concentrado. Brasília se enquadra bem no quarto tipo.

O primeiro tipo (móvel clássico) se expande a partir de atividade agrícolas e/ou pecuárias baseadas em solos apropriados; ela tipicamente ocorre em áreas vizinhas a áreas assentadas (ou seja, áreas que não são de fronteira) e desloca ou limita formas anteriores de ocupação humana (indígenas, extrativistas, camponesas) engajadas em atividades produtivas intensivas de recursos naturais). Além disso, ela atrai principalmente pessoas e empresas não aventureiras, dotadas de experiência agropecuária, e tende a deixar de ser uma fronteira pois é capaz de sediar atividades produtivas duradouras e sociedades estabilizadas.

O segundo tipo de fronteira (pára-quebras) é viabilizada por modalidades rápidas de transporte (aviões, helicópteros, barcos a motor); ele é quase sempre temporário e se liga à extração de bens minerais de grande valor (ouro e pedras preciosas). Ele atrai principalmente “aventureiros”, tanto urbanos quanto rurais, pessoas dispostas a enfrentar riscos; dificilmente ele gera comunidades estáveis e duradouras. Pode afetar ou não comunidades e atividades pré-existentes.

O terceiro tipo (fronteira de linha) ocorre ao longo de faixas estreitas de terras ocupadas e de rios navegáveis e estradas; as suas bases econômicas são agricultura, pesca, produção de madeira e serviços de apoio. Ele atrai principalmente migrantes rurais interessados em se estabilizar e permanecer no local, mas pode incorporar parte das pessoas anteriormente residentes no local.

O quarto tipo fronteira (investimento concentrado) se forma em torno de grandes empreendimentos, como minas, depósitos de petróleo e gás natural, hidrelétricas, portos e fábricas; esses empreendimentos são gerados por investimentos de grande porte e intensivos de capital, que podem ser públicos, privados ou públicos-privados. Ele cria comunidades relativamente estáveis formados por números relativamente pequenos de trabalhadores empregados pelos próprios empreendimentos, mas atrai também numerosos trabalhadores ligados à construção e a serviços externos, que nem sempre se radicam nos locais desses empreendimentos.

⁸ HALLER, A. O.; TORRECILHA, R. S.; HALLER, M. C. D. P. e TOURINHO, M. M.: Os níveis de desenvolvimento socioeconômico da população da Amazônia brasileira - 1970 e 1980. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. VI (suplemento), 941-973, setembro 2000.

Esses grandes investimentos geram infraestrutura que funcionam como “economias externas” que atraem outros empreendimentos - empresas, estradas, aeroportos, fazendas. Quanto aos residentes presentes antes dos empreendimentos, eles tipicamente têm as suas atividades limitadas ou deslocadas; em geral não são incluídos nas novas atividades, mesmo que alguns consigam se agregar a atividades conexas ou vizinhas⁹.

Becker ressalta que a dinâmica de fronteira é um processo social que reflete e condiciona a reprodução de um novo espaço geográfico, podendo gerar desterritorialização e/ou reterritorialização. Para a autora, a flexibilização dos recortes geográficos flexibiliza também os Estados, o que implica o reconhecimento dos diversos agentes sociais com as suas estratégias locais na busca do desenvolvimento, assim como o reconhecimento do espaço geográfico como geopolítica de relações multidimensionais de poder¹⁰.

Face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. ... o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto "produzido" pela prática social, e também um produto "consumido", vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto a prática social¹¹.

A dinâmica das fronteiras propicia uma explicação situacional, embasando a construção de um certo modelo de identidade nacional. Assim sendo, termos e expressões como “sertão”, “interior”, “oeste”, “fronteira”, “terras livres”, “natureza selvagem” e “*wilderness*” denotam, neste estudo, a existência de um espaço “vazio” de habitantes (ou considerado vazio por quem chega nele) no território de uma nação. Ele deixa de ser um espaço de contemplação estética ou de reflexão filosófica, ou uma abstração geográfica “remota”, e se torna uma encruzilhada intensa de mobilidade, integração e conflitos sociais e de múltiplas identidades étnicas e culturais.

A expansão dos EUA para o oeste e a interação da sociedade nacional em expansão com a *wilderness* geraram um produto coletivo (país, povo e organização política) que Turner considerava único, genuinamente norte-americano. Apesar de os ocupantes da fronteira terem sido “importados” da Europa, eles passavam por mudanças radicais e quase instantâneas ao entrarem em convivência com a natureza selvagem, num ambiente político democrático de acesso em massa a grandes extensões

9 Ibidem.

10 BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: Becker, Bertha K.; Costa, Rogério H. da.; Silveira, Carmen B.. (Orgs). Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

11 Ibidem., p. 7 - 8.

de terras. Os autóctones foram eurocêntricamente desqualificados como donos dessas terras, o que de resto ocorreu em todo o continente americano onde europeus encontraram nativos. Mas o mais relevante para nossos fins é que sobre essas terras não pairava o controle de reis, nobrezas e igrejas europeias. Reis e nobrezas inexistiram na vida nacional dos EUA; as igrejas foram múltiplas, separadas do estado e não controlavam grandes extensões de terras. Com isso, os *fronteersmen* criaram novas formas de cultura, novas instituições e uma inédita identidade norte-americana.

No caso dos EUA, desde a fase inicial de ocupação do território ainda colonial e depois nacional, a fronteira encontrava-se a cada momento numa faixa móvel das terras livres situada imediatamente a oeste das principais cidades, fazendas e vilas estabelecidas. Isso se deu pela emergência de pelo menos três distintos tipos de fronteira em diferentes locais e momentos: o tipo “móvel clássico”, pela transferência de terras públicas “vizinhas” a assentamentos estabilizados; tipo “para quedas”, na forma de muitas “corridas do ouro”; e tipo “linear”, ao longo de rios navegáveis, canais construídos, estradas e ferrovias. Isso significava para os imigrantes europeus um “retorno” a condições políticas, sociais e econômicas “primitivas”, livres das restrições e das hierarquias vigentes na Europa, e lhes dava a oportunidade de construir o novo. Conseqüentemente, a ocupação das sucessivas fronteiras permitiu que se construísse e se reafirmasse, ao longo de cerca de 200 anos, o sentimento de identidade de um povo novo e de uma nação nova.

Vinha daí a preocupação de Turner, expressa no seu texto famoso de 1893, com as conseqüências do anunciado “fechamento” da fronteira (ligado ao esgotamento das terras “livres”) para o futuro da democracia norte-americana, que segundo ele tinha sido moldada em parte pela contínua disponibilidade dessas terras. A tese de Turner enfatizava a importância do homem comum, o desbravador com espírito aventureiro e dotado de autodeterminação, em contato com a *wilderness*, equipado para transformá-la em terras civilizadas, e desligado e distante das instâncias políticas já estabilizadas do leste dos próprios EUA e, mais remotamente, da Europa¹².

Com esta tese, Turner (1976) desloca o eixo historiográfico da política para a natureza e para a geografia humana. Ele explica o desenvolvimento da sociedade norte-americana em termos de sua experiência e de suas características originais, construídas primitivamente, e não a partir de vínculos com heranças de instituições e processos de uma Europa inteiramente assentada e dividida em estados rivais, uma Europa absolutista, monárquica, rigidamente hierarquizada, pontilhada por igrejas oficiais e por disputas e guerras mútuas envolvendo dinastias, nações e religiões.

Em relação à América Latina, em contraste, não é possível dizer que a fronteira tenha sido um mito fundador da nacionalidade. Ao contrário, os mitos que emanaram

12 Turner, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. New York: Robert E. Krieger, 1976.

da ocupação territorial das terras latino-americanas tenderam a sublinhar os obstáculos à marcha da civilização para o interior das diversas colônias e ex-colônias e a neutralizar os efeitos que a conquista dos espaços vazios poderiam ter sobre a construção das identidades nacionais¹³. É notável na história da fronteira latino-americana como a aliança entre as coroas espanhola e portuguesa e os missionários jesuítas, franciscanos e dominicanos influenciou a afirmação da soberania territorial, a nacionalização da população e o processo de urbanização fronteiriça. Cidades, quartéis, portos, igrejas, aldeamentos indígenas e fazendas funcionavam como agências ibéricas institucionalizadas de conquista fronteira, sob o comando dos sempre poucos e rigorosamente selecionados “homens bons” – administradores, cléricos, militares europeus, católicos acima de qualquer suspeita, rigidamente fiéis aos seus soberanos europeus.

Não houve nessa história espaço para as iniciativas de “homens comuns”, livres de tutelas políticas e religiosas e dotados de “capital” – ou seja, donos de terra como propriedade privada. As agências ibéricas espalharam o catolicismo e mantiveram colonos e nativos em situação de estrita fidelidade ao *status quo* dos países colonizadores. Exploraram, defenderam, desenvolveram e colonizaram as novas fronteiras por meio da inflexível cristianização e “iberização” dos nativos. As Américas se equivaleram no que toca à existência de recursos naturais de interesse para as metrópoles colonialistas, mas houve diferenças profundas do ponto de vista da institucionalização e da organização social, o que repercutiu nas formas de ocupação dos espaços vazios, ou ainda, das terras livres. Nas Américas espanhola e portuguesa coloniais e pós-coloniais, a política não democrática de distribuição das terras (via sesmarias, encomiendas, mitas, repartimentos) formou o que a literatura chama de “latifúndios”, grandes propriedades ou concessões geradoras de fortes e persistentes esquemas de poder privado¹⁴.

Nos EUA, os recursos naturais (em especial, a terra para fins agrícolas e pecuários) foram apropriáveis em ampla escala desde cedo na vida nacional, com amparo de uma política radicalmente democrática que os tornava acessíveis a uma significativa proporção da população (inclusive os imigrantes europeus recém-chegados, de variadas nacionalidades). No Brasil, em razão da ausência explícita de uma política democrática de acesso à terra e aos recursos naturais e das lutas políticas entre as oligarquias regionais lastreadas nos latifúndios, foi difícil ou impossível elaborar uma política que delimitasse as terras livres e ordenasse a sua ocupação em massa (mesmo que o Brasil tivesse atraído massas de imigrantes europeus numa escala comparável à dos EUA, o que não aconteceu). Nas fases colonial e independente, prevaleceu em terras brasileiras o sistema de distribuir grandes extensões de terra a

13 HENNESSY. Op., cit.

14 Ibidem.

poucas pessoas (inclusive cléricos), invariavelmente católicas, quase sempre portuguesas ou descendentes de portugueses. Essas pessoas eram agraciadas de acordo com critérios de amizade, de lealdade à coroa, de adesão indubitável ao catolicismo português e de pertencimento a circuitos nobres e/ou militares e/ou e/ou eclesiásticos e/ou da burocracia pública – categorizadas genericamente pela significativa expressão “homens bons”, ou seja, diferentes dos homens comuns e “melhores” do que eles.

Nos EUA, a existência de terras livres foi confirmada legal e fundiariamente em terras públicas em grande parte meticulosamente pesquisadas por meio de uma duradoura operação de demarcação conduzida pelo governo central desde poucos anos depois da independência (1776) até meados do século XX. Essas terras foram paulatinamente cedidas / vendidas a massas de indivíduos. Os estados escravocratas do sul dos EUA formaram uma significativa exceção a essa política fundiária democrática. Mas a ampla distribuição de terras foi a premissa / condição central da tese da fronteira democratizadora de Turner. Ela foi determinante para o desenvolvimento da democracia norte-americana, porque essas terras foram distribuídas de acordo com uma política que as tornava acessíveis e criava oportunidades de subsistência, de ascensão social e de empoderamento político para um expressivo contingente da população.

No Brasil, o processo de ocupação territorial foi bem mais lento; socialmente, ele foi altamente “seletivo. Não houve a ocupação plena do seu território nacional, porque a política fundiária, a organização política, a pequena população e as correntes imigratórias relativamente fracas fizeram com que as principais atividades produtivas se concentrassem duradouramente na área costeira ou quase costeira. A própria distinção entre terras privadas e públicas ficou duradouramente “borrada”, o que inviabilizaria qualquer política democrática de alocação de terras, se uma política dessas tivesse emergido. Além disso, o Brasil só se tornou um grande receptor de imigrantes europeus – e nem tão grande assim - em fins do século XIX. Mesmo então, esses imigrantes se estabeleceram preferencialmente em áreas que não eram de fronteira – eram áreas mais próximas do litoral e de fazendas e cidades. Muitos imigrantes caíram sob a influência direta das atividades produtivas de grandes propriedades, do poder privado dos donos dessas propriedades e dos políticos que os representavam.

Ainda quanto ao avanço da fronteira nos EUA, Turner considerava que, depois de abandonar os países e os padrões europeus, os imigrantes e os seus filhos nascidos nos próprios EUA - “homens comuns” - se viam imersos em áreas de *wilderness* muitas vezes inóspitas, inexistentes nos seus lugares de origem. No entanto, eles estavam também “acolchados” pela sua condição de proprietários privados da terra em que moravam e trabalhavam. Assim, eles simultaneamente reformulavam os seus valores, crenças e hábitos e se adaptavam ao novo ambiente natural, “domesticando-o”. Ao fazer

isso, criaram um novo ambiente institucional, radicalmente democrático. Neste ambiente, a iniciativa e a propriedade individuais, a abundância e a acessibilidade de recursos naturais e a igualdade política, frutos dos novos valores e conseqüências da dinâmica de uma fronteira democrática, levaram à construção de uma democracia de massas.

Holanda salienta que no Brasil, quando os “homens comuns” tentaram se estabelecer nsa fronteiras interioranas a oeste, as técnicas e valores europeus que eles carregavam se ajustaram à nova realidade, mas isso ocorreu sem que eles fossem substituídos por uma cultura democrática que representasse um rompimento com a ordem política hierarquizada europeia. Não se formaram no Brasil fronteiras de homens comuns respaldados pela propriedade particular das suas terras. Muitas vezes, isso levou à formação de grupos sociais culturalmente híbridos, ou seja, que não eram nem europeus (ou ibéricos, ou portuguesae), e muito menos indígenas – e nem de longe eram democráticos. Nesse sentido, na dinâmica da fronteira brasileira ocorreu um processo de adaptação e de síntese de valores europeus e indígenas, com prevalência dos primeiros - em especial prevaleceram os poderes privados na escala local e a projeção desses poderes privados na esfera política nacional.

Adotando a dinâmica da fronteira como fio condutor analítico, é desafiador “repensar” a história de Brasília. Para tanto, cabe verificar se o *locus* de Brasília era uma *wilderness*, de forma a atestar, ou negar, que (i) a construção de Brasília se deu dentro de uma dinâmica de fronteira caracterizada como parte de uma “marcha para o Oeste” e (ii) que esta marcha pode ser associada, de modo geral, ao surgimento de uma identidade local.

Brasília enquanto *wilderness*

Ao se pensar em um espaço físico natural verdadeiramente selvagem, em que a atividade humana não alcançou continuidade, controle ou desenvolvimento, nas formas de infraestruturas sociais e produtivas, chega-se ao conceito de *wilderness*. Por meio dos registros da história, da análise das marcas da atividade humana na paisagem e de materiais cartográficos, é possível fazer uma leitura da historicidade espacial de alguns lugares e determinar se é apropriado considerá-los como áreas de *wilderness*.

Vejamos uma importante evidência da condição de *wilderness* do local onde Brasília foi construída. O Relatório Belcher foi composto em 1953 como um dos documentos que orientaram a escolha do sítio exato da futura capital brasileira dentro do perímetro mais amplo do Distrito Federal¹⁵. Ele destaca que Brasília iria ser

15 O original deste relatório consta do acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Ele foi elaborado pela empresa norte-americana Donald Belcher & Associates, a pedido da comissão que tratava da mudança da capital . Ver Comissão de Localização da Nova Capital Federal , 1955.

http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tarik/2012/FLG0435/Relat%C3%B3rio%201955%20Comiss%C3%A3o%20localiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Nova%20Capital.pdf Acessado em agosto de 2017.

construída sobre um espaço de paisagem primitiva, livre de interferências e assentamentos humanos mais “conspícuos”. Isso indica que o sítio previsto continha a cobertura vegetal original da região (Cerrado). Isso significa que a nova capital foi situada num local que exibia a característica básica de *wilderness* – predominância de vegetação nativa -, já que até mesmo intervenções humanas “leves”, como caça, pesca, criação de gado e agricultura de povos nativos, podem deixar marcas identificáveis. Embora se saiba que muitas extensões do Cerrado nativo foram usadas historicamente por populações nativas e neo-brasileiras para agricultura e criação de gado, as suas marcas no sítio de Brasília foram classificadas como pouco “conspíquas”. Isso sugere que a ocupação acelerada desse sítio nos meados dos anos 1950 foi marcada por uma dinâmica da fronteira.

Para amparar esse entendimento, além dos dados do Relatório Belcher, usamos os *shapefiles* publicados pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), provenientes de *Vegetação no Distrito Federal: tempo e espaço* (UNESCO, 2000). Com esses materiais compusemos um mapa da situação do Distrito Federal como um todo, o que inclui o sítio de Brasília. Esse mapa registra como estavam a vegetação e outros componentes da paisagem imediatamente antes da construção da cidade. Ele mostra que a cidade foi construída num local caracterizável como *wilderness*.

O *software* de geoprocessamento adotado foi o ArcGis (ESRI). Inicialmente os *shapefiles* foram “projetados” pelo comando “Projetar”. Utilizamos o sistema de coordenadas UTM, datum SAD 69, zona 23S, para todos os *shapefiles*. Para compatibilizar todas as bases de dados, a estrutura de dados teve o seu sistema de coordenadas definido em “Propriedades”. Paralelamente, o *shape* “OttobaciasDF_UsosRHPolygon_P.shp” foi “recortado” com o comando “Intersect”, com o *shape* do Distrito Federal, obtido a partir da base ao milionésimo do IBGE e convertido para UTM, SAD 69 Z23S. O resultado foi o *shape* OttobaciasDF, em UTM. A partir desse *shapefile*, foram “dissolvidas” as classes de uso do solo, por meio do comando “Dissolver”, considerando o campo COBACIA. Nesse comando, o campo de área, que já tinha sido calculado, foi marcado, em estatísticas, para ser somado, conforme a categoria de uso do solo. Dessa forma, obteve-se um *shapefile* das diferentes ottobacias, contendo (i) as classes de uso de solo agrupadas e (ii) a soma das áreas desses usos de solo.

Quanto às definições das classes de uso de solo e de cobertura vegetal, seguiu-se a legenda, de caráter genérico, utilizada pela UNESCO, qual seja:

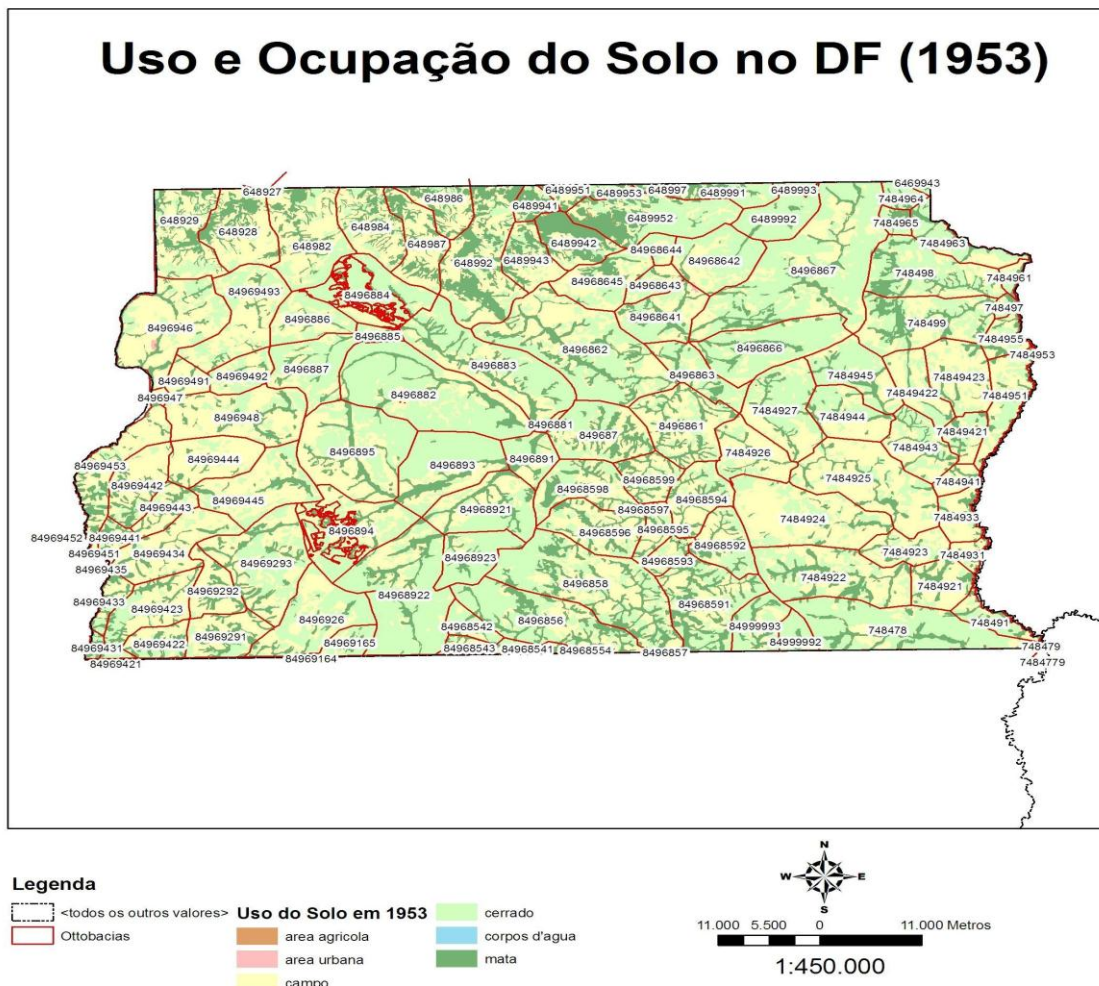
- mata - compreende todas as formações florestais, dentre elas: mata ciliar, mata de galeria, mata mesofítica (seca), mata de encosta e cerradão;
- cerrado - compreende as formações savânicas, dentre elas cerrado típico,

cerrado denso, cerrado ralo e campo cerrado;

- campo / pastagem - compreende as formações com extrato predominantemente herbáceo, de caráter natural ou antropizado;
- área urbana - compreende todas as áreas urbanas consolidadas;
- área agrícola - compreende as áreas ocupadas por culturas intensivas, áreas irrigadas, chácaras e setores habitacionais ainda não-consolidados, caracterizadas pela coexistência de atividades agrícolas e empreendimentos de parcelamento do solo;
- corpos d'água - correspondem aos espelhos d'água formados por lagos, lagoas e represas.

O mapa assim construído consta da Figura 1.

Figura 1 - Uso e Ocupação do Solo no Distrito Federal (1953).



Fonte: Elaboração dos Autores. Ver texto.

Mesmo que se argumente que esta não seja a melhor maneira de caracterizar uma área como *wilderness*, a Figura 1 mostra claramente que na área do Distrito Federal e no sítio de Brasília predominava amplamente uma paisagem primitiva.

A construção de Brasília exigiu o influxo de dezenas de milhares de candangos e (mais tarde) de funcionários públicos federais, além de seus familiares e de numerosos outros migrantes ligados a comércios, indústrias e serviços. A nova cidade exigiu a construção acelerada de infraestrutura conexa (estradas, ferrovia, hospitais, escolas, universidade, sistema de abastecimento de água etc.). O processo de interiorização estimulado pelo governo de Juscelino Kubitschek, do qual a construção de Brasília fez parte, propiciou intenso fluxo migratório de pessoas das diferentes regiões do país, à procura do “eldorado” ou da “nova fronteira”. Isso impactou o início da expansão territorial e conseqüentemente alterou fortemente o ambiente natural do sítio de Brasília, desfigurando a sua cobertura vegetal primitiva. Por tudo isso, é apropriado afirmar que Brasília foi implantada em uma *wilderness*.

As modificações aceleradas e profundas dos padrões de uso do solo, ou ainda, a alteração da cobertura vegetal, ambas geradas pelo processo de ocupação e urbanização no Distrito Federal, assim como pela atividade agrícola e pela expansão das áreas de pastagem, têm sido utilizadas como uma das premissas básicas norteadoras da análise de impactos ambientais característicos da região.

O avanço da ocupação territorial do novo espaço urbano

Os executores do projeto da construção da nova capital ficaram conhecidos como candangos. No nosso esquema analítico, eles correspondem de uma maneira bem “flexível”, aos *frontiersmen* e aos *homesteaders* do oeste dos EUA – os atores e beneficiários da política democrática de distribuição de terras públicas. As semelhanças dentre os dois grupos, no entanto, convivem com muitas diferenças que são significativas para a nossa abordagem. Os candangos, basicamente empregados na construção civil e de infraestrutura, se dirigiram para a área fronteira onde estava sendo construída a nova capital, mas não migraram para se transformar em proprietários de terras, ou fazendeiros familiares independentes. Foram atraídos pela oportunidade de ganharem empregos relativamente abundantes e bem pagos. Como trabalhadores na construção civil, nos serviços de apoio, nos transportes etc., eles foram os primeiros moradores da nova capital do País. Segundo literatura da época,¹⁶ eles vieram de várias partes do país para o Centro-Oeste, à procura de uma nova vida. Os

16 Ver a revista COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. Brasília: ArPDF.dez.1956 - dez. 1957.

empregos que ganhavam permitiam que eles avaliassem positivamente o seu progresso e bem-estar individuais. É possível que considerassem que a sua nova situação fosse melhor do que a vida que levavam em seus locais de origem. No entanto, esses ganhos individuais não tiveram o respaldo de propriedades fundiárias particulares e da formação e participação em novas comunidades políticas locais marcadas pela democracia.

A palavra *candango* evocava o sentido de uma pessoa guerreira, impregnada de grandes qualidades, como coragem, perseverança, ousadia, fé e dedicação ao trabalho. Em poucos anos, concluída construção do núcleo básico da cidade de Brasília, ela foi progressivamente “colonizando” áreas peri-urbanas por meio das “cidades-satélites”, localizadas no entorno do núcleo básico. Elas foram criadas exatamente para alojar os *candangos* e outros “pioneiros” que não eram funcionários públicos federais. Foi para esses funcionários que foram construídos as moradias, os escritórios e os equipamentos de Brasília. Os empregos de construção civil que sustentaram os *candangos* se tornaram raros e eles tiveram que buscar outras formas de se sustentar, quer decidissem continuar morando no Distrito Federal, quer migrassem de volta para os seus locais de origem, quer migrassem para outros lugares. Eles não se tornaram proprietários de lotes de terra em Brasília ou no seu entorno

A formação das cidades-satélites representou um desdobramento da fronteira brasiliense propriamente dita – talvez elas mereçam ser chamadas de “sub-fronteiras”. Elas levaram à ocupação de novas áreas de *wilderness*, necessárias para para abrigar os habitantes “excedentes” gerados pelo crescimento populacional muito acima do planejado ou esperado. Estas novas ocupações seguiram uma escala geométrica, acompanhando o crescimento populacional acelerado. O novo Distrito Federal como um todo (Brasília + cidades-satélites + áreas rurais) tinha 500 habitantes em 1956. Em 1957 já eram 12.700, subindo para 64.314 em 1959, 127.000 em 1960 e 140.000 em 1962. No início dos anos de 1970 já havia 537,5 mil habitantes. Em 1980, a população passava de 1,2 milhão. Em 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada de Brasília superou os 2.900.000 de habitantes, muitos deles migrantes que chegaram muito depois dos *candangos* da década de 1950¹⁷.

Brasília cumpriu, assim, um dos principais papéis de uma fronteira: tornou-se um polo de atração e fixação de centenas de milhares de pessoas oriundas de todas as partes do país. Ela se enquadra bem no quarto tipo de fronteira definido por Haller e colaboradores – a fronteira de investimento concentrado. Ela não guarda traços notáveis da fronteira móvel clássica, nem da fronteira pára-quedas, nem da fronteira linear. No caso de Brasília, houve um maciço investimento público focalizado na

17 Dados compilados do sítio <http://memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasilia/5>, acessado em 15/09/2017.

construção civil, urbana e rodoviária. Esse investimento não focalizou a extração ou o aproveitamento de um recurso natural específico (flora, minérios, água etc.), mas usou amplamente um recurso natural “difuso”, abundante – o espaço “primitivo” de uma seção do enorme “sertão” brasileiro. Brasília, implantada numa *wilderness*, em pouco mais de 50 anos avançou sobre terras e recursos “livres” e “abundantes”. Reproduziu agilmente e em grande escala os requisitos e os episódios da ocupação de fronteiras. É cabível, portanto, interpretar o avanço agro-industrial-urbano sobre os cerrados nativos do Distrito Federal sob a perspectiva analítica da fronteira.

Considerações finais

Este texto se propôs a mostrar que é cabível interpretar a história de Brasília sob a ótica da dinâmica de fronteira, consubstanciada na tese de fronteira formulada por Frederick Jackson Turner e adaptada para o Brasil nos escritos de Sérgio Buarque de Holanda. Foi constatada a presença de uma dinâmica transformadora no processo de interiorização da capital, expressa principalmente (i) pelo forte fluxo migratório de pessoas das diferentes regiões do país, à procura do “eldorado” ou da “nova fronteira” nos anos 1950, (ii) pelo acelerado crescimento populacional entre os brasilienses assentados nas décadas seguintes e (iii) pela consolidação urbana e institucional de Brasília como a nova capital brasileira. Esses são significativos pontos de convergência entre a história de Brasília e as idéias de Turner e Holanda.

Turner defendeu a noção de que a singularidade política e de identidade nacional norte-americana foi fruto da ocupação democrática da fronteira. Na fronteira, a natureza selvagem obrigava o desbravador a se adaptar ao novo ambiente natural, sob o abrigo da propriedade privada da terra. Essa adaptação transformava os valores, costumes e hábitos dos desbravadores, afastando-o dos padrões europeus. Esse processo criava indivíduos/cidadãos igualitários, independentes, dotados de iniciativa e devotos da liberdade, o que permitiu a Turner afirmar que a democracia da sociedade norte-americana era fruto da fronteira.

Para Holanda, o homem comum da fronteira brasileira, em forte contraste com o *frontiersman* dos EUA, era fruto de uma adaptação não transformadora. Sim, ele se adaptava parcialmente à natureza tropical e aos costumes dos autóctones, mas, não, ele não se afastava dos padrões europeus de hierarquia, desigualdade, seletividade religiosa e fidelidade à metrópole.

Construímos um mapa temático da área de Brasília imediatamente anterior à sua construção no qual verificamos que até então as atividades e a ocupação humanas tinham alterado pouco as feições e os componentes naturais do Cerrado nativo. Isso deixa claro que a construção da nova capital representou uma alteração profunda e acelerada do uso e da ocupação do solo. Isso se deu coerentemente com a noção de

buscar o desenvolvimento a partir da interiorização da capital e da sua localização em um local “livre” e de recursos abundantes, ou seja, pela dinamização e eventual incorporação de uma nova fronteira.

O volumoso “investimento concentrado” representado pela construção de uma nova capital nos meados do século XX propiciou intenso fluxo migratório de pessoas das diferentes regiões do país e a reinstalação das instituições de governo, à procura do “eldorado” ou da “nova fronteira”. À luz da dinâmica de fronteira, constatamos (i) que a construção de Brasília trouxe uma maior interação espacial entre as regiões do País, ajudando o processo de integração nacional e (ii) que o desenvolvimento de Brasília, mesmo sob uma ocupação desordenada e o aumento exponencial da população, significou o sucesso da ocupação de uma área de fronteira.

Recebido em 22 de março de 2019.

Aprovado em 15 de outubro de 2019.